



# Revista Contexto GEOGRÁFICO

Universidade Federal de Alagoas - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
<http://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico>

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UMA BUSCA DE REFLETIR O ESTADO DE RORAIMA

Paulo Rogério de Freitas Silva

Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente,  
Maceió, AL, Brasil

[paulgeografia@gmail.com](mailto:paulgeografia@gmail.com)

**RESUMO** – O estado de Roraima constitui-se numa das unidades da Amazônia Legal Brasileira e Internacional, sendo parte da macrorregião Norte do Brasil. É considerado estado de fronteira, dado seus 1.922 quilômetros, aproximadamente, de limites internacionais, sendo 958 quilômetros com a Venezuela e 964 quilômetros com a República Cooperativista da Guiana. Essa fronteira, em conjunto com o Sul da Venezuela e sudoeste da República Cooperativista da Guiana, se constitui com uma presença indígena marcante e, consequentemente, de reservas delimitadas, demarcadas, homologadas, assim como de áreas de preservação ambiental, áreas militares, áreas de produção agrícola e pequenos núcleos urbanos. Buscamos verificar quais foram os principais projetos, propostos pelo Governo Brasileiro, que objetivaram o desenvolvimento da última fronteira do Brasil; fronteira geopolítica e de assentamento, a menos povoada e populosa entre os estados brasileiros, concentrando apenas quinze municípios e consequentemente quinze cidades, onde se apresenta uma concentração cumulativa em sua capital Boa Vista, definindo uma estrutura urbana macrocefala. Destacamos que o escopo dessa pesquisa é desvendar os mecanismos de estruturação específicos que são planejados pelo Governo Federal para desenvolver essa fronteira e que condicionam essa estrutura urbana de Roraima e as diversas particularidades que ali se formam. Esse trabalho se justifica pelas particularidades que permeiam essa fronteira desde o princípio da sua formação territorial.

Palavras-chave: Amazônia; bordas; governo; território.

## REGIONAL DEVELOPMENT AND BORDER INTEGRATION IN THE NORTHERN AMAZON: A SEARCH TO REFLECT THE STATE OF RORAIMA

**ABSTRACT** – The state of Roraima is one of the units of the Brazilian and International Legal Amazon, being part of the northern macro-region of Brazil. It is considered border state, given its approximately 1,922 kilometers of international limits, being 958 kilometers with Venezuela and 964 kilometers with the Cooperative Republic of Guyana. This frontier, together with the south of Venezuela and the south-west of the Cooperative Republic of Guyana, constitutes a marked indigenous presence and, consequently, of demarcated, demarcated, homologated reservations, as well as environmental preservation areas, military areas, agricultural production and small urban centers. We tried to verify which were the main projects, proposed by the Brazilian Government, that aimed the development of the last frontier of Brazil; geopolitical frontier and settlement, the least populated and populous among Brazilian states, concentrating only fifteen municipalities and consequently fifteen cities, where there is a cumulative concentration in its capital Boa Vista, defining a macrocephalous urban structure. We emphasize that the scope of this research is to unveil the specific structuring mechanisms that are planned by the Federal Government to develop this border and that condition this urban structure of Roraima and the various peculiarities that are there. This work is justified by the peculiarities that permeate this frontier since the beginning of its territorial formation.

Keywords: Amazônia; government; limits; territory.

## INTRODUÇÃO

O estado de Roraima constitui-se numa das unidades da Amazônia Legal Brasileira e Internacional, sendo parte da macrorregião Norte do Brasil. É considerado estado de fronteira, dado seus 1.922 quilômetros, aproximadamente, de limites internacionais, sendo 958 quilômetros com a Venezuela e 964 quilômetros com a República Cooperativista da Guiana.

Essa área de fronteira constitui faixa de segurança nacional, o que lhe confere posição estratégica no que concerne às relações internacionais.

Essa fronteira de Roraima - Brasil, em conjunto com o Sul da Venezuela e da República Cooperativista da Guiana, se constitui com uma presença indígena marcante e, conseqüentemente, de reservas delimitadas, demarcadas, homologadas, assim como de áreas de preservação ambiental, áreas militares, áreas de produção agrícola e pequenos núcleos urbanos.

A área em foco permaneceu toda ela como periferias extremas dos três países, conquistadas politicamente, é certo, mas não tornadas em *front* econômico estável e permanente, como ressalta (BARROS, 1995).

No espaço roraimense ocorreram ao longo dos quatro primeiros séculos de ocupação, várias expedições relativas à questão de fronteira, assim como de interesse naturalista e de riquezas minerais, mais do que de vigorosa ocupação mercantil.

Conforme Barros (1995, p.53):

Estas áreas mais remotas eram efetivamente percebidas como ameaça de morte e desafio. Na Guyana então britânica, orientada profundamente para a exploração da costa com “plantations” de açúcar, as áreas do Rupununi e do alto Essequibo eram vistas com pavor. As “febres mortíferas” por um, as possibilidades de minério por outro. Na Venezuela ao norte, a guyana venezuelana era também assim vista do povoado de Angustura, atual Ciudad Bolívar, às margens do rio Orinoco.

Ainda segundo Barros (2002, p.197):

Cada domínio fronteiro deste, de três culturas, apresentava uma periferia na periferia, representada pelo extremo meridional do Estado Bolívar, na Venezuela, alto Rupununi na Guiana, e regiões montanhosas e fronteiriças no baixo rio Branco, em Roraima (Brasil).

Encontramos em Barbosa e Ferreira, (1997, p. 205) que,

Hamilton Rice membro da American Geographical Society veio a região do rio Branco avaliar aspectos geográficos desta localidade devido os mapas sulamericanos apontarem essa região como uma área incógnita (sem reconhecimento físico).

De acordo com Freitas (1998, p.130):

Para o Brasil, o Estado de Roraima, ocupa um lugar no seu extremo setentrião. (...) Historicamente, porém, Roraima nunca foi merecedor de grandes atenções por parte do governo central do Brasil. Durante o período colonial, quando o rio Branco foi descoberto, logo os portugueses verificaram que este rio, ao contrario dos outros da bacia amazônica, não era tão rico em produtos de coleta vegetal.

No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (1951), há uma descrição de que o naturalista Luis Agassiz, manifestou admiração ante o inexplicável desinteresse demonstrado pelos dirigentes do país para regiões que, por sua situação espacial, deveriam merecer tratamento especial, onde se incluíam as terras do rio Branco no conjunto das longínquas terras amazonenses.

Uma das considerações para definir a parte nordeste do atual estado de Roraima, área primeiro a ser ocupada no estado, se baseava na sua condição de diferente em relação ao restante da Amazônia.

Magalhães (1987, p. 11 e 12), ao fazer uma representação do que seria a paisagem dessa área quando chegaram os primeiros “brancos”, afirma que era um quadro de beleza amazônica *sui generis*, porque na região inexistia a flora asfíxiante, ao contrário, existia o lavrado. Esse pesquisador assinala que, “Era sem dúvida uma gleba diversa, em muito, do resto da Hiléia de Humboldt e que levaria, no futuro, Adolfo Ducke a considerá-la “região extra-amazônica”.”

Sendo lavrado uma denominação regional para o cerrado.

Essa área pode ser considerada como refúgio de um dos últimos grupos indígenas contatados, a exemplo dos Yanomamis. Para o Monte Roraima, inspirações como a de *the lost world* (o mundo perdido) foram imaginadas pela sua distância e isolamento, realidade que pode ser considerada, em alguns aspectos, na atualidade, mas que se integra através, principalmente de projetos políticos cujo objetivo é modificar sua atual configuração.

A região do Rio Branco se apresenta no mapa do Brasil, contido em um espaço que se distancia do restante do País, em direção para norte da América do Sul. Para alguns pesquisadores, esse espaço é denominado como a Guiana Brasileira devido à vizinhança com a República Cooperativista da Guiana, com o Suriname, antiga Guiana Holandesa e com a Guiana Francesa, considerado, muitas vezes como espaço remoto.

Essa denominação pode ser comprovada no título do livro de Hamilton Rice (1978), Exploração na Guiana Brasileira. Assim como em Nilson Cortez Crócia de Barros em seu livro, Roraima, paisagens e tempos na Amazônia setentrional, (1995, p.52), quando este denomina Roraima como a “guyana brasileira”. Em Santos (2004, p.81), quando a atual Roraima é apresentada como a Guiana Portuguesa. Em Amazonas Brasil (2005, p.11), quando esta é apresentada como, “(...) região das Guianas: a portuguesa, depois brasileira (hoje estado de Roraima) ”.

Outra colocação que nos chamou a atenção foi feita por Freitas (1998, p. 86), que, considerando a ocupação desse espaço, esclarece que “(...) a história de Roraima tem sido, até aqui, movida por incidentes. Sem eles o desenvolvimento desta região estaria muito aquém ou mesmo já não fazia parte do Brasil”.

Essa questão nos remete novamente para a configuração do mapa brasileiro cujo formato nas áreas que compõem os estados de Roraima e Amapá se alongam para o norte, em direção as Guianas e Venezuela, alterando a continuidade no que tange à latitude do Brasil que nesses Estados ultrapassa a linha do Equador em direção ao hemisfério norte.

Para auxiliar essa questão em Ferreira et al (1977, p.19), temos que:

A configuração espacial do Brasil é em grande parte decorrente do processo de ocupação espacial que se operou na época colonial, e que os primeiros assentamentos populacionais se localizaram às proximidades dos recursos naturais que mais interessavam à metrópole portuguesa. As circunstâncias posteriores apenas modificavam muito de leve esse tipo de localização.

Também, ao analisar os aspectos geográficos do território de Roraima, Guerra (1956, p.118) destaca que “o Território do Rio Branco é uma verdadeira ponta de lança entre as terras da Venezuela e da Guiana Inglesa, devendo, por conseguinte merecer maiores atenções do que tem tido até o momento. ”

Dessa forma, essa localização confere a Roraima um significado histórico, tanto de fronteira isolada, como exótica, mas, que, no entanto, como ressalta Agostinho (2001, p.42), “(...) é hoje, sem sombra de dúvida, uma das áreas mais estratégicas quanto à localização em toda a Amazônia Ocidental, tanto em aspectos geopolíticos, militares, como principalmente econômicos”.

Atestamos que Guerra (1956, p.118) considera a paisagem física do território do Rio Branco, segundo três regiões: do baixo rio Branco, do alto rio Branco, e também, montanhosa.

Porém, é preciso destacar que as regiões classificadas como do alto e baixo rio Branco, segundo, a classificação de Guerra (1956), apresentam diferenças, a exemplo da cobertura vegetal de campos ou “lavrados” que predomina na região do alto rio Branco e de floresta no baixo rio Branco.

No que se refere ao processo de ocupação da área, e no ponto de vista geoeconômico, como se posiciona Guerra (1954, p.422), no alto rio Branco se desenvolveu a pecuária, no baixo rio Branco a produção extrativa vegetal e pesca e, nas montanhas a produção extrativa mineral.

Com relação à colonização, esta, no baixo rio Branco decorreu, sobretudo, da exploração de recursos florestais que se deu aleatória e rotineiramente proporcionando o surgimento de lugares que estacionaram ou desapareceram do cenário local. Em contrapartida, no alto rio Branco se desenvolveu a produção pecuária, condicionando a existência de uma população sedentária, inclusive surgindo o núcleo embrionário de Boa Vista, sendo assim, diferente das áreas do baixo rio Branco e das montanhosas, que apresentam grande rarefação demográfica.

Segundo o Ministério da Defesa (s/d), cerca de 101.710,45 Km<sup>2</sup> do território roraimense são áreas delimitadas como reservas indígenas, estimada, segundo a Fundação Nacional do Índio - FUNAI (2005), em 46,24% da área total de Roraima. Essas áreas estão ocupadas pelos grupos indígenas Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Patamona, Taurepang, Wai-Wai, Waimiri/Atroari, Yanomami, entre outros.

De acordo com a FUNAI (2005), as terras indígenas, Raposa Serra do Sol, com 1.678.800 hectares, e São Marcos, totalizando 654.110 hectares, localizadas no Nordeste do Estado, pertencem aos grupos indígenas Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Patamona e Taurepang, residindo cerca de 15.100 índios. Na área da reserva Raposa Serra do Sol se emanciparam politicamente os municípios de Normandia, Uiramutã e Pacaraima, sendo que esse último também se localiza no território da reserva São Marcos em conjunto com Boa Vista.

Fundamentados nessa descrição realizada buscamos verificar quais foram os principais projetos, propostos pelo Governo Brasileiro, que objetivaram o desenvolvimento da última fronteira do Brasil. Fronteira geopolítica e de assentamento, a menos povoada e populosa entre os estados brasileiros, concentrando apenas quinze municípios e consequentemente quinze cidades, onde se apresenta uma concentração cumulativa em sua capital Boa Vista, definindo uma estrutura urbana macrocéfala.

Destacamos que o escopo dessa pesquisa é desvendar os mecanismos de estruturação específicos que são planejados pelo Governo Federal para desenvolver essa fronteira e que condicionam essa estrutura urbana de Roraima e as diversas particularidades que ali se formam. Nessa ótica, destaca-se o seguinte eixo: a dinâmica territorial urbana de Roraima ocorreu de uma forma em que Boa Vista se fortaleceu em detrimento dos demais núcleos urbanos do estado e de seus arredores?

Esse trabalho se justifica pelas particularidades que permeiam essa fronteira desde o princípio da sua formação territorial. As relações entre Brasil – Venezuela – República Cooperativista da Guiana, se efetivaram através de acordos e parcerias, entre estas plagas estrategicamente localizadas próximas umas das outras. Alguns acordos foram firmados a partir de necessidades individuais ou coletivas ao longo da história desses lugares. Algumas se renovaram ou seguiram novas estratégias políticas, tais como a criação de blocos econômicos regionais ou continentais, que são iniciativas que acenam para a formulação de novas parcerias entre essas nações.

Vale informar que, para a análise pretendida, nosso estudo abarcou o intervalo temporal compreendido principalmente entre o ano de 1990 e o de 2012. A escolha desse tempo não foi aleatória, pois é nele que ocorreu a incidência de importantes fatores que causaram modificações econômicas e sociais em Roraima, principalmente a partir da transformação do Território Federal em Estado ocorrido em 1988.

Certos de termos trilhado um caminho que nos levou ao nosso objetivo, traçamos alguns métodos e técnicas de pesquisa que são parte da construção deste trabalho. Dessa forma, iniciamos a pesquisa realizando um levantamento bibliográfico, com a finalidade de melhor fundamentar teoricamente a compreensão do objeto. Desenvolvemos a leitura de publicações que tratam do tema central em estudo, para tanto, analisamos obras basilares, bem como obras informativas dos dados secundários e, ainda, obras relativas ao espaço em foco.

## RESUMINDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL AMAZÔNICO

A problemática que permeia o desenvolvimento regional demanda uma abordagem interdisciplinar para se delinear estratégias eficazes de desenvolvimento. No caso específico do Brasil, diversos projetos visando o desenvolvimento regional são idealizados, objetivando uma integração regional, nacional e, em alguns casos, com alcance internacional. No caso específico dos projetos de aceleração de desenvolvimento - PAC I e PAC II idealizados para acelerar o desenvolvimento do Brasil, algumas ações foram pensadas especificamente para a Amazônia, a partir de sua importância alcançada no cenário global, que obriga o Brasil a tomar iniciativas de desenvolvimento local, que repercutam nacionalmente e internacionalmente.

Nessa região, o processo de ocupação, oriundo da colonização europeia, se deu sempre amparado em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial. Destacam-se, entre outros, os surtos de devastação da floresta tropical de várzea, ao longo dos rios, na busca das “drogas do sertão” – utilizadas como condimento e na farmácia europeia; o “ciclo da borracha”, no final do século XIX e início do século XX – demandada por interesses da indústria dos Estados Unidos e da Europa; as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas, provenientes do Nordeste brasileiro em 1920, intensificadas nas décadas de 50 e 60; e dos anos 1970 até hoje, a atuação do Estado brasileiro que toma a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento amazônico, vinculado a um novo padrão de inserção do Brasil numa ordem planetária (BECKER, 1998, p.11 e 12).

Com relação ao processo de urbanização dessa região este se dá por diferentes períodos que a sistematiza, muitas vezes, concomitantemente aos períodos de ocupação. Valendo-se de Corrêa (1987), que define essa estrutura urbana amazônica como sendo uma rede urbana, concluímos que essa sistematização iniciou-se em Belém, com a instalação do Forte do Presépio em 1616, século XVII, seguida pela expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias entre a segunda metade do século XVII e final da primeira metade do século XVIII; por períodos de desenvolvimentos e de estagnações entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX; pelo período do *boom* da borracha que se estende de 1850, ao final da primeira guerra mundial; por um período seguinte de estagnação da borracha entre 1920 e 1960; e um período atual que se iniciou em 1960, caracterizado por um processo de alterações na economia e no urbano, a partir da política de incorporação da região, passando-se a se constituir em fronteira do capital no Brasil.

Nesses períodos, surgiram os embriões de futuras cidades amazônicas, ocorrendo, em diferentes momentos, um desenvolvimento da vida econômica e urbana ou uma estagnação que proporcionou a formação que perdura até hoje.

Alguns espaços foram mais privilegiados que outros, de acordo com o processo econômico e/ou político, que o influenciasse, pois nessa composição espacial definida como amazônica, é impossível generalizar a influência de um processo em toda a região.

Cabe, dessa forma, destacar que alguns espaços regionais sofreram mais intervenções que outros, assim como em períodos diferentes, pois algumas áreas sofreram modificações mais profundas ainda nos séculos XVII, XVIII e XIX e outras, somente a partir do século XX, com mais intensidade, como é o caso de Roraima, que teve maiores modificações a partir da década de 40 do século XX.

O que se observa é que a Amazônia foi alvo de diversas estratégias objetivando o domínio espacial, empreendidos pelo Estado, que resultaram como coloca Rezende (2006), na incorporação ao território do Brasil de, aproximadamente 60% de sua área total atual.

No espaço roraimense ocorreram ao longo dos primeiros séculos de ocupação, várias expedições relativas à questão de fronteira, assim como de interesse naturalista e de riquezas minerais, mais do que de vigorosa ocupação mercantil. A partir do século XVIII, a instalação do Forte de São Joaquim, a política dos aldeamentos, a criação das fazendas nacionais, a privatização destas fazendas, a gênese de Boa Vista do Rio Branco, a criação do município de

Boa Vista, posteriormente do Território Federal do Rio Branco e do Estado de Roraima, foram condicionantes para a produção do espaço nessa fronteira.

Destacamos que, com a criação do estado de Roraima em 1988, projetos são idealizados e implantados para o desenvolvimento desse espaço. Nesse contexto, emerge a urbanização e o papel da cidade aí localizada é importante, pois, se constitui como ponto de apoio essencial dos mecanismos de estruturação dessa faixa limítrofe, mas também como base de sustentação da circulação, que constitui resultado e condição de sua ocupação e estruturação.

A instituição do que seria no futuro, as cidades de Roraima se deu, em princípio, através, de uma linha de penetração, utilizando os rios. O evento rodoviário reedita depois o mesmo trajeto fluvial cortando o território de norte a sul e também, em parte, de leste a oeste.

Essa realidade é definida a partir de diferentes determinantes, porém caracterizamos como os mais importantes, o princípio da ocupação desde o século XVII, passando pela pecuária, pelo garimpo, destacando à criação do território federal, os primeiros esforços de colonização dirigida, a instalação de pelotões militares na fronteira e a abertura e pavimentação de rodovias, entre outros.

Assim as cidades, como hoje se organizam em Roraima, traduzem um avanço recente, é a modernização da “maloca”, único tipo de aglomerado da região no passado. Tendo sido essas um adensamento onde se concentravam os rituais de um povo que hoje se integra e se reúne na cidade a partir do parentesco e não da impessoalidade do aglomerado moderno que tem expressão na cidade cosmopolita.

## **APRESENTANDO OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA RORAIMA**

Inicialmente observamos que para o estado de Roraima algumas ações estatais são planejadas visando á integração do Brasil com a Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana, principalmente, através das rodovias, que proporcionam uma nova configuração territorial, transferindo do sistema flúvio-linear para o rodoviário linear o processo de integração.

Por outro lado, nessa área de fronteira, a implantação do projeto Calha Norte, de cunho desenvolvimentista, previu-se o exercício de um controle mais efetivo sobre uma faixa de aproximadamente 150 km de largura no lado brasileiro.

O Projeto Calha Norte de ordem estratégica, intensifica a presença brasileira na fronteira e privilegia sua ocupação sob o prisma de segurança nacional. Uma curiosidade é a de que a fronteira tríplice é marcada pela existência da savana como uma espécie de vegetação além-floresta, sendo assim, alguns projetos estão sendo firmados, para incentivar uma maior integração tecnológica e do agronegócio nas savanas tropicais do norte da América do Sul. Atualmente, discutem-se políticas e tecnologias diferenciadas para essa parte da região amazônica, coberta por savanas, lavrados ou *llanuras* e não por florestas. Assim, os projetos do Governo Federal brasileiro, objetivando a integração entre os países vizinhos da América do Sul, se consolidam e o Brasil, Venezuela e Guiana se tornam parceiros estratégicos pela localização geográfica, levando a considerar, do lado brasileiro, Roraima a conexão desta integração. Essa efetivação reforma o antigo cenário de que esses territórios estavam de costas um para o outro; agora eles marcam a realização efetiva da integração entre os três países.

A rodovia BR - 174, que interliga a cidade de Manaus, cruzando Roraima de sul a norte, a fronteira com a Venezuela, têm estimulado as trocas comerciais com os países vizinhos, podendo ser considerada um dos principais incentivos a ser destacado como importantes no processo de integração internacional, tendo Roraima como interlocutor geográfico pela sua localização na tríplice fronteira em foco. Também, a pavimentação da rodovia BR – 401 possibilita a interligação e consequentemente integração do Brasil com a República Cooperativista da Guiana, através da citada rodovia, que interliga Boa Vista a Bonfim em Roraima e através da ponte sobre o rio Tacutu a Lethen na Guiana, deixando de depender dos barcos que faziam a travessia no rio.

O Governo Federal planeja um desenvolvimento para toda essa área fronteiriça, através de uma política de integração nacional e internacional e Roraima se apresenta, hoje, como fundamental no processo de integração, por ser o elo entre o polo industrial de Manaus e os mercados da Venezuela, da Guiana e do Caribe.

Um aspecto necessário de ser destacado nessa lógica integracionista é que o estado de Roraima está sendo beneficiado com o fornecimento de energia elétrica proveniente da hidrelétrica de Caroní na Venezuela, o qual constitui o primeiro exemplo de integração energética internacional do Norte do Brasil. A interligação Venezuela-Brasil, para suprimento de energia a Boa Vista e sua região de influência, substitui a geração termelétrica e garante o abastecimento, com a importação de 200 MW de potência.

A entrada, agora definitiva, da Venezuela no bloco econômico denominado Mercosul – Mercado Econômico do Cone Sul, possivelmente beneficiará essa fronteira, no que se refere a uma série de possibilidades de trocas comerciais, assim como na educação, saúde, estratégias de defesa, tecnologias, entre outras. Já se efetivam algumas trocas comerciais entre as cidades de Santa Elena de Uairen, na Venezuela com Pacaraima e Boa Vista, no que se refere a produtos alimentícios, de limpeza e combustíveis. Além do que, a cidade venezuelana, localiza-se numa área próximo ao Parque Canaima, sendo um destino turístico para os brasileiros que podem também se deslocarem até o mar do caribe através da rodovia pan-americana.

A diversidade da natureza, também proporciona oportunidades de investimento nas áreas do ecoturismo e exploração da biodiversidade, utilizando as mais avançadas tecnologias, havendo projetos de parcerias entre os estados de Roraima e Bolívar, na Venezuela, para efetivação das atividades turísticas entre os dois estados.

Destacamos que os projetos federais, em análise, estão estruturando a fronteira em Roraima, pois, os investimentos na modernização da infraestrutura estreitam vínculos com os estados vizinhos ao mesmo tempo em que promovem a integração com os outros países da região, estimulando o intercâmbio comercial. Roraima firma-se hoje como espaço de integração entre o polo industrial de Manaus e os mercados da Venezuela, da Guiana e do Caribe, com impactos de curto e longo prazo para o desenvolvimento das suas atividades agroindustriais e de exploração sustentável dos recursos naturais. Roraima começa assim a criar sua própria história, como eixo de integração e desenvolvimento.

Entre as obras que estão sendo executadas no estado de Roraima, com recursos do PAC I e PAC II, destacam-se a implantação da rede de esgoto da cidade de Boa Vista totalizando 90% da mancha urbana da capital. Estão sendo executadas obras de drenagem em alguns pontos críticos onde ocorrem alagamentos no período de chuvas. Com relação ao abastecimento de água algumas obras foram realizadas e também ampliadas e modificadas para suprir a necessidade de alguns bairros que no futuro poderão sofrer com a falta de água. O recapeamento da rodovia BR-174, da divisa com o Amazonas até a fronteira com a Venezuela, também fez parte do projeto de desenvolvimento e ficou pronto em 2013. O estádio Canarinho está sendo reformado objetivando criar uma estrutura moderna, valorizando o esporte local. O hospital das clínicas está em construção no Bairro Pintolândia também é um dos investimentos visando à melhoria da saúde pública do estado, pois para atender a demanda de toda a população de Boa Vista e dos demais municípios do estado o Hospital Geral de Roraima não esta mais suprimindo as necessidades de médicos e infraestrutura física.

Enfim, destacamos ainda que o significado de Roraima no processo de Integração internacional ocorre com a construção das hidrelétricas em Roraima e na Guiana, que permitirá a integração energética dos três países (Brasil, Venezuela e Guiana).

A proposta da Hidrelétrica de Cotingo localizada no rio Cotingo, no Estado de Roraima que é um tributário do rio Surumu que, por sua vez, deságua no rio Tacutu, rio Branco, rio Negro e, finalmente, no rio Amazonas, espera-se o fornecimento energético para Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí, Caracarái, Bonfim e Normandia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caracterizamos como os mais importantes determinantes para o desenvolvimento roraimense, desde o princípio da ocupação no século XVIII, a atividade pecuária, atividade garimpeira, destacando também à criação do Território Federal em 1943, com os primeiros esforços de colonização dirigida, concluindo com a instalação de pelotões militares na fronteira, abertura e pavimentação de rodovias.

As relações entre Brasil – Venezuela – República Cooperativista da Guiana, se efetivaram através de acordos e parcerias, entre estas plagas estrategicamente localizadas próximas umas das outras. Alguns acordos foram firmados a partir de necessidades individuais ou coletivas ao longo da história desses lugares. Algumas se renovaram ou seguiram novas estratégias políticas, tais como a criação de blocos econômicos regionais ou continentais, que são iniciativas que acenam para a formulação de novas parcerias entre essas nações.

Os resultados alcançados nessas parcerias redefinem o espaço roraimense, proporcionando um crescimento econômico e demográfico, colocando Roraima num cenário geopolítico importante, com a entrada da Venezuela no Mercosul e com a pavimentação das rodovias BR-174, que integra o Brasil com a Venezuela e a BR-401 com a Guiana, além da construção da ponte sobre o rio Tacutu, integrando a Guiana ao Brasil de forma mais eficiente.

Entre os municípios de Roraima, podemos observar que Boa Vista têm se firmado como o grande polo receptor de fixos provenientes dos projetos Avança Brasil, PAC I e PAC II (Programa de Aceleração do Crescimento). Os municípios de Pacaraima e Bonfim, têm se firmado como unidades de suma importância para uma aproximação com os países vizinhos, estreitando dessa forma acordos e parcerias entre Brasil a Venezuela e a Guiana, respectivamente, já que suas sedes municipais são formadoras de um processo de conurbação com Santa Elena de Uaiquen, no caso de Pacaraima e com Lethen, no caso de Bonfim, formalizando cidades-gêmeas na fronteira setentrional brasileira.

As duas cidades fronteiriças obtiveram investimentos do PAC, principalmente, na área de saneamento básico, contribuindo para a melhoria da infraestrutura social e urbana dessas regiões limítrofes. A cidade de Pacaraima foi contemplada, ainda, com um quantitativo para provisões habitacionais, recursos estes que não contemplaram a cidade de Bonfim.

O Projeto Avança Brasil investindo na construção e pavimentação de rodovias federais, tendo sido o estado de Roraima contemplado com a pavimentação da BR-174, proporcionou também a fixação de pessoas ao longo da referida rodovia, fato que contribuiu para o surgimento de aglomerados urbanos, fenômeno que alterou a paisagem e a dinâmica local, que detém uma das menores densidades demográficas do Brasil e é o estado com a menor quantidade de municípios e conseqüentemente de cidades do País.

Obras de infraestrutura e saneamento têm sido de suma importância, e ganham um destaque primordial nos últimos projetos (PAC I e PAC II) do governo brasileiro voltados para Amazônia, onde Boa Vista tem funcionado como um lugar estratégico, que disponibiliza bens e serviços, para que o processo de integração Brasil-Venezuela-Guiana, possa ser estabelecido de forma satisfatória para os diversos interesses políticos e sociais, evidenciando dessa maneira, a existência de um modelo de desenvolvimento e integração fronteiriça na Amazônia setentrional, especificamente em Roraima, onde a materialização dos principais fixos ocorre, sobretudo, na capital, em detrimento dos demais centros urbanos ou de áreas rurais.

Algumas iniciativas como a modernização do terminal de passageiros do aeroporto internacional de Boa Vista é um exemplo de um fixo estabelecido a partir de recursos provenientes dos projetos federais. Também a construção do terminal de cargas do aeroporto de Boa Vista, que após sua conclusão e efetivação, dará uma dinâmica totalmente nova para o aeroporto é um fixo do projeto PAC I. A construção desse terminal, com equipamentos de última geração, será referência na

região Norte, para que todos os processos que envolvem a fiscalização e investigação, que envolve cargas, sejam realizados em tempo hábil e de forma satisfatória.

O prédio destinado ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com estrutura moderna e com equipamentos de ponta, para a realização dos procedimentos de regularização fundiária e demais atribuições do INCRA, que são de grande valia para a fixação e atração de novos residentes para Roraima, está em fase de execução.

A melhoria na infraestrutura das instituições de ensino federal está proporcionando a ampliação no número de vagas nessas instituições, bem como na criação de novos cursos técnicos e superiores. Essas instituições possuem mecanismos de intercâmbio populacionais na fronteira gerando muito interesses, onde o contato com essas populações gera uma troca de valores étnicos, culturais e econômicos singular.

O Hospital das Clínicas, obra do PAC II, está sendo construído no município de Boa Vista, com aproximadamente 50% da construção concluída, pretendendo oferecer, com uma infraestrutura moderna, atendimento em diversas especialidades médicas.

Ressaltamos também, a construção do prédio destinado à Polícia Federal em Boa Vista, seguindo um modelo planejado para cada estado brasileiro, sendo que Boa Vista foi a segunda cidade a ser contemplada. O prédio é equipado com heliporto e toda uma infraestrutura para acompanhar investigações as mais diversas.

Vale mencionar, que a dinâmica territorial urbana de Roraima ocorreu de uma forma em que Boa Vista se fortaleceu em detrimento dos demais núcleos urbanos do estado e de seus arredores. Nos últimos anos, o parque *Canaima*, assim como as cidades de Santa Elena de Uairén, Puerto Ordaz, Ciudad Bolívar até o litoral, seja em direção a Puerto La Cruz ou Caracas, teve o fluxo de brasileiros e venezuelanos intensificado de forma significativa, possibilitando a importação e a exportação de mercadorias entre os dois países, inclusive do PIM - Polo Industrial de Manaus.

As relações entre o Brasil e a Guiana igualmente se intensificam. A Guiana, que se voltou por muito tempo para o litoral, principalmente para o entorno de sua capital Georgetown, modifica sua política regional. Sendo assim, a integração territorial entre a Guiana e o Brasil, através de Roraima, tem início com a construção da rodovia que liga Georgetown a Lethen e ao município de Bonfim, no lado brasileiro.

Pelo lado brasileiro, a pavimentação da BR-401, que interliga Boa Vista a Bonfim, como também a inauguração da ponte sobre o rio Tacutu, concretizou o trânsito de brasileiros e guianenses, aumentando as relações na faixa de fronteira.

Esse foi um dos projetos de estreitamento das relações bilaterais entre o Brasil e a Guiana. Dessa forma, Boa Vista tem exercido papel primordial como um ponto estratégico de fortalecimentos entre os dois países que fazem fronteira com Roraima, inclusive sediando consulados da Venezuela e da Guiana.

Portanto, se pode evidenciar que os investimentos na modernização da infraestrutura estreitam vínculos com os estados vizinhos ao mesmo tempo em que promovem a integração com os outros países da região, estimulando o intercâmbio comercial. Roraima, mais especificamente o município de Boa Vista, firma-se hoje como espaço de integração entre o polo industrial de Manaus e os mercados da Venezuela, da Guiana e do Caribe, com impactos de curto e longo prazo para o desenvolvimento das suas atividades agroindustriais e de exploração sustentável dos recursos naturais.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Jaime de. *Subsídios à discussão de um plano de desenvolvimento sustentável para o estado de Roraima*. São Paulo: FFLCH, USP, 2001. (Tese de doutorado).

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio & FERREIRA, Efreim Jorge Gondim. *Historiografia das Expedições Científicas e Exploratórias no Vale do Rio Branco*. In: *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. **Roraima, paisagens e tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: EdUFPE, 1995.

BECKER, Berta. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BRASIL, Amazonas. *Boa Vista da intendência à câmara municipal*. Boa Vista: Pró-Roraima, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, p.39-68, jan./mar. 1987.

FERREIRA, José Freire da Silva et ali. *Rede Urbana Amazônica. Subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano*. UFPA, NAEA, Belém, 1977.

FREITAS, Aimerê. *Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros*. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 1998.

FUNAI. *Resumo Funcional das Terras Indígenas no Estado de Roraima*. Boa Vista, 2005.

GUERRA, Antônio Teixeira. Aspectos Geográficos do Território do Rio Branco in, *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, Janeiro-março de 1956.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre a Pecuária nos Campos do Rio Branco* in, Boletim Geográfico. Conselho Nacional de Geografia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 1954.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Município de Boa Vista, Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro, 1951.

MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima informações históricas*. Rio de Janeiro, 1987.

Ministério da Defesa. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional: Sistematização das Ações Executivas para o Período 2001/2010*. Boa Vista: (s/d).

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. São Paulo: DHE/FFLCH/USP, 2006. (Tese de Doutorado).

RICE, Alexander Hamilton. *Exploração na Guiana Brasileira*. Tradução e notas Lacyr Schettino. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2004. (Tese de doutorado).